



Fórum da Sociedade Civil Euro-Africana

Lisboa, 15 a 17 de Novembro de 2007

**Declaração Política do Fórum da Sociedade Civil
Euro-Africana**



Nós, os participantes Africanos e Europeus do Fórum da Sociedade Civil que teve lugar em Lisboa entre o dia 15 e o dia 17 de Novembro de 2007, reunimo-nos para partilhar as nossas experiências e discutir as nossas preocupações, assim como para tomar conhecimento efectivo de que as alterações que ocorreram a nível nacional, regional e internacional, criaram um novo contexto para as relações Euro-Africanas. Este novo contexto exige uma alteração substancial nas relações tal como estavam configuradas até agora, para que possa ser criada uma nova e partilhada visão sobre o futuro da relação entre a Europa e África.

No centro do conceito de desenvolvimento estão as parcerias e, como tal, quanto mais sólidas forem as redes de Solidariedade entre África e a União Europeia (UE), maior será o impacto ao nível do desenvolvimento.

Contudo, a construção de tais redes, leva tempo.

Assim, qualquer parceria estratégica entre África e a Europa deve respeitar o ritmo e as agendas de cada actor envolvido no processo, permitindo que as desigualdades sejam reduzidas e que a maturidade das instituições seja tal que possibilite um verdadeiro equilíbrio de poderes.

A futura relação entre África e a Europa deve, por conseguinte, basear-se e ter as suas raízes num mútuo e genuíno entendimento entre as partes, assim como num pleno respeito. Os princípios acordados a nível político devem ser devidamente reflectidos e colocados em prática. Estes princípios são:

Responsabilidade Mútua: Qualquer futura parceria entre a UE e África deve assentar na mútua aprendizagem e respeito, num diálogo político honesto e no reconhecimento da universalidade dos Direitos Humanos. Ambos os Continentes devem aprender um com o outro e a UE deverá estar disposta a debater e a questionar-se sobre as suas próprias políticas e governação.

A governação não pode ser apresentada apenas como uma questão política para a África e meramente técnica para Europa. Deverá ser uma exigência política para o processo de construção da democracia em ambos os Continentes com base nos direitos e responsabilidades firmadas nos tratados internacionais e continentais.



É necessário um equilíbrio de poder entre a UE e África nas relações financeiras e económicas, assim como no diálogo político. Devem ser disponibilizados os recursos necessários para atingir este equilíbrio. Enquanto não se atinge tal equilíbrio, a desigualdade existente tem que ser tida em consideração em quaisquer negociações internacionais. Isto significa também que nenhum desenvolvimento será efectivo sem que as mulheres desempenhem nele um papel central, tendo acesso aos recursos e aos mecanismos legais que lhes permitam aumentar o seu poder económico e cultural.

Confiança: A confiança é construída com base no respeito e no entendimento comuns entre as partes a diferentes níveis. É também permanentemente construída e reforçada através de políticas coerentes, de acções conjuntas concretas e de resultados tangíveis obtidos. Todavia, a combinação da falta de coerência política no seio da UE e a adopção pela UE de dois pesos e duas medidas na relação com os países parceiros, tem levado a um certo nível de cepticismo por parte das Sociedades Civas Europeia e Africana relativamente à genuinidade desta nova relação enquanto verdadeira parceria. Os acordos bilaterais de liberalização do comércio, tal como estão actualmente definidos, especialmente os Acordos de Parceria Económica (EPA), são um claro exemplo de incoerência neste processo de construção de confiança, já que são totalmente incompatíveis com os objectivos de desenvolvimento e até com os princípios chave da Nova Parceria Estratégica, na medida em que inviabilizam os processos de integração continental que supostamente apoiam.

Além do mais, a nova parceria estratégica exige vontade política e novos recursos, se se pretende implementá-la com sucesso. Nenhum destes factores (a existência de vontade política e de novos recursos) é actualmente evidente. Estes recursos devem também ser afectos ao reforço dos mecanismos e dos instrumentos Africanos já existentes, assegurando que estes concretizam os resultados previstos e esperados.

Para que uma visão partilhada seja verdadeiramente apropriada pelas Sociedades Civas de ambos os Continentes, o processo estratégico tem que ser *centrado-nas-pessoas*, não apenas formalmente, mas através de acções concretas.

A participação genuína da Sociedade Civil tem que ser assegurada na definição das políticas a nível local, nacional e regional, através do estabelecimento de quadros concretos de diálogo nas instituições mais sólidas para esse efeito, o que irá garantir a integração das perspectivas



da vasta gama de actores relevantes (em particular dos grupos mais marginalizados) nos processos de concepção das políticas que lhes digam respeito.

Contudo, institucionalização do diálogo, não poderá significar institucionalização da Sociedade Civil. Uma parceria *centrada-nas-pessoas* significa que devem ser criados espaços e tempos adequados para permitir que as diversas Organizações da Sociedade Civil estejam presentes em todos os aspectos estratégicos e operacionais desta relação. Tal terá de ser feito através da formalização do diálogo e através de mecanismos ambiciosos e adequados de financiamento que encorajem e permitam uma participação efectiva.

Finalmente, insistimos que este processo de diálogo deve incluir mecanismos e instrumentos de aprendizagem mútua, de contínua avaliação e revisão, de monitorização, de mútuo escrutínio e responsabilização, de modo a que a Parceria Estratégica seja verdadeiramente viva e dinâmica, capaz de responder e reflectir a rápida alteração do contexto e ambiente em que está a ser estabelecida.

É nestas condições que as Organizações da Sociedade Civil Africana e Europeia, representadas neste Fórum, estão dispostas a ser parceiras na construção desta nova e desafiante relação.